

**VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
ASPECTOS DO DEBATE EM PUBLICAÇÕES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO
(2021-2024)**

Sherlon Cristina De Bastiani

Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

sherlon.bastiani@unoesc.edu.br

Introdução

Este trabalho, parte de um estudo sobre questões atuais da política educacional brasileira, examina o tema *valorização dos profissionais da educação* com base em publicações da área da Educação ocorridas entre 2021 e 2024. Tem por objetivo analisar aspectos do debate sobre o tema, levantados em publicações da área no período, com vistas a dimensionar a desenvoltura das políticas educacionais contemporâneas no asseguramento da valorização dos profissionais da educação básica.

Para tanto, servimo-nos de um conjunto de 32 publicações na forma de artigos e trabalhos em anais de evento. No primeiro caso, as publicações foram acessadas nas bases Portal de Periódicos da Capes e *Scientific Eleetronic Library Online* (SciELO), enquanto no segundo, a fonte foram os anais da 40ª e 41ª Reunião Nacional da Anped – Grupo de Trabalho (GT) 5. O processo de levantamento e organização do material foi apoiado nos três passos iniciais da construção do estado do conhecimento, conforme propõem Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), compreendendo bibliografia anotada, sistematizada e categorizada.

O tema em debate

Conforme os resultados do levantamento, na produção coligida destacam-se dois eixos temáticos relacionados ao tema central *valorização dos profissionais da educação*: 1) *remuneração e condições de trabalho docente*; e 2) *formação inicial e continuada*.

Os trabalhos que se centram na temática *remuneração e condições de trabalho docente* resgatam o debate sobre austeridade fiscal, novo regime fiscal, teto de gastos,

perda de direitos de docentes e diminuição de materiais e recursos disponíveis nas escolas. Também, remuneração docente e quebra de isonomia salarial, aumento da contribuição previdenciária, jornada de trabalho docente e aumento dos contratos temporários. Em seu conjunto, são elementos pulsantes no contexto dos efeitos de políticas públicas das últimas duas décadas, como as submetidas à Lei nº 11.738/2008, que institui o Piso Nacional do Magistério e à Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal.

Sobre a Lei nº 11.738/2008, a discussão é mais centrada na aplicação do piso salarial docente, haja vista não ser essa a realidade em todas as redes de ensino do País (Schneider, 2023). Os efeitos da EC nº 95/2016 são lidos enquanto impactos sobre a remuneração e condições de trabalho dos docentes, como demonstram, por exemplo, Fernandes, Pereira e Bezerra (2021) e Gouveia, Fernandes e Ferraz (2022).

No quesito condições de trabalho, a pesquisa de Giestas e Oliveira (2023), por exemplo, investigou as implicações práticas da implantação de um sistema online de alimentação de informações em uma rede de ensino, em paralelo à falta de estrutura adequada para formação continuada e de comprometimento de proprietários de *softwares* em atender as reais necessidades dos sistemas de ensino. Já a pesquisa de Prado, Soares e Santos (2023), que analisa percepções, sentimentos e comportamentos docentes sobre a avaliação externa e em larga escala em uma rede de ensino, mostra a inexistência do sentimento de aceitação pelos profissionais da educação e problematiza a ação do Estado e a força da política de bonificação por desempenho.

Os trabalhos filiados ao eixo temático *formação inicial e continuada*, por sua vez, têm em mira, sobretudo, as contribuições do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) (Maia; Quaresma, 2023) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) para a formação inicial de professores (Biscaro; Aranda, 2021). Estudos também alertam sobre o neotecnismo pedagógico associado ao apelo à “modernização” dos cursos de graduação (Barbosa, Fernandes, Aguiar, 2023) e sobre avanços e retrocessos na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (Fichter Filho, 2021).

Sobre formação continuada, o estudo de Regis (2023), por exemplo, mostra a não efetividade do regime de colaboração estado-município na construção de uma política

conjunta de formação de professores, resultando em ações esparsas, desarticuladas e fragmentadas que distam de uma efetiva política de formação de professores.

Pesquisas como a de Silva e Martins (2024), que trata da política de formação continuada em duas capitais brasileiras, denunciam que a formação tem sido perspectivada para promover a execução de propostas específicas, com espaço reduzido para a participação dos docentes. Situações distintas a essa também são abordadas, como no estudo de Dalmaso-Junqueira, Johann e Gandin (2021), que evidencia uma experiência de valorização dos saberes de um grupo de professores para a construção de uma política pública de formação em uma rede municipal do Rio Grande do Sul. Neste caso, tratam-se de docentes que, por adesão, produzem e socializam conhecimentos por meio de pesquisas sobre o cotidiano escolar, para o que contam com reuniões ampliadas, grupos de estudos e orientações.

Conclusões

Sobre a remuneração docente, há muito está clara a necessidade de se enfrentar as desigualdades existentes no País. Dentre as ações advogadas para tanto, sobressai a cumprimento da Lei nº 11.738/2008 e a continuidade de ações de valorização docente – em sentido oposto às interrupções causadas pela EC nº 95/2016. Ademais, tem sido reiterado que as condições de trabalho dos professores vêm sendo afetadas por exigências com cumprimento de procedimentos burocráticos e ações de cerceamento por políticas de avaliação.

Os estudos relevam que políticas e programas de promoção e de ampliação do acesso aos cursos de formação inicial de professores também têm contribuído para a qualificação dessa formação, destacados o Parfor e o Pibid. De outro modo, as constantes mudanças nas diretrizes curriculares para formação de professores têm mostrado o efeito da agenda neoliberal no País. No caso da formação continuada, por um lado, figura a denúncia sobre o caráter instrumental a que tem sido frequentemente submetida, e, por outro, são destacadas possibilidades nascidas da organização dos próprios professores.

Em geral, os estudos projetam a necessidade de avançar na garantia do cumprimento de políticas com potencial de valorização profissional, embora

frequentemente, ante as condições político-econômicas no País, os esforços se traduzam em resistência a medidas regressivas nesse campo.

Referências

- BARBOSA, A. B.; FERNANDES, J. S.; AGUIAR, T. B. Neotecnicismo, inovação e modernização: aproximação neoliberal e distanciamento da didática nos cursos de graduação. *In: 41ª Reunião Nacional da Anped*, 2023, Manaus. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_21_41. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BISCARO, A. F. V.; ARANDA, M. A. M. Contribuições do Pibid aos sujeitos egressos: a produção do conhecimento no Brasil. *In: 40ª Reunião Nacional da Anped*, 2021, Belém. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_18_16. Acesso em: 06 fev. 2025.
- DALMASO-JUNQUEIRA, B.; JOHANN, R. T.; GANDIN, L. A. Uma política de formação continuada e a criação de espaços coletivos de educação crítica, feminista e transformadora. *In: 40ª Reunião Nacional da Anped*, 2021, Belém. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_10_27. Acesso em: 08 jan. 2025.
- FERNANDES, M. D. E.; PEREIRA, E. T.; BEZERRA, M. S. S. F. A política educacional brasileira no contexto do regime de austeridade fiscal. **Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 10, n.1, p. 29-45, jan./abr., 2021.
- FICHTER FILHO, G. A. A trajetória da implementação das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores em um curso de licenciatura em ciências biológicas. *In: 40ª Reunião Nacional da Anped*, 2021, Belém. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_10_15. Acesso em: 10 fev. 2025.
- GIESTAS, S. P. D.; OLIVEIRA, E. A. M. O uso das tecnologias digitais na gestão do sistema de ensino das escolas estaduais do Espírito Santo. *In: 41ª Reunião Nacional da Anped*, 2023. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_8_45. Acesso em: 05 fev. 2025.
- GOUVEIA, A. B.; FERNANDES, M. D. E.; FERRAZ, M. A. S. Remuneração docente em contexto de austeridade fiscal: uma análise das redes municipais de ensino dos estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná. **Revista Brasileira de Educação**, Rido de Janeiro, v. 27, e270033, 2022.
- MAIA, B.M.C; QUARESMA, E. S. A formação de professores da educação básica: reflexões sobre o Parfor na UFOPA. *In: 41ª Reunião Nacional da Anped*, 2023, Manaus. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_20_30. Acesso em: 06 fev. 2025.
- MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOUT, Z. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

PRADO, W. C.; SOARES, D. J. M.; SANTOS, W. Percepção, sentimentos e comportamentos dos docentes do Espírito Santo perante as avaliações externas aplicadas em larga escala. *In: In: 41ª Reunião Nacional da Anped*, 2023 Manaus. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_32_41. Acesso em 06 fev. 2025.

SCHNEIDER, G. S. S. Direito e controvérsia sobre o Piso Nacional do Magistério. *In: In: 41ª Reunião Nacional da Anped*, 2023, Manaus. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_40_30. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, D. R.; MARTINS, J. F. O lugar da política educacional na formação continuada de professores das redes municipais de Belo Horizonte e São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, e290060, 2024.

REGIS, R. O regime de colaboração na formação de professores no RN. *In: 41ª Reunião Nacional da Anped*, 2023, Manaus. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_40. Acesso em: 10 fev. 2025.